

RESENHA**A República retratada entre a degola e o fuzil**

REVIEW

The Republic portrayed between the beheading and the rifle

Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro*

Marco Túlio Antunes Gomes**

ALONSO, Angela; ESPADA, Heloisa (orgs.). **Conflitos**: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964. São Paulo: IMS, 2017. 432 p.

Um panorama de 75 anos da história republicana do Brasil, a partir de centenas de imagens que retratam episódios de violentas irrupções políticas. Esta foi a proposta da exposição *Conflitos: fotografia e violência política no Brasil*, organizada sob a curadoria de Heloisa Espada e exposta no Instituto Moreira Salles (IMS) do Rio de Janeiro e de São Paulo. A seleção de fotografias rendeu a publicação de um livro vencedor do Prêmio Jabuti 2018 na categoria projeto gráfico, organizado por Espada e a socióloga Angela Alonso e com textos de autores como Angela de Castro Gomes, Heloísa Starling e Ana Maria Mauad.

Ao discorrer sobre confrontos situados entre os golpes militares de 1889 e 1964, a obra contribui para desmistificar interpretações do Brasil como um país pacífico, cuja história supostamente transcorreria sem grande envolvimento em embates bélicos externos ou lutas armadas fratricidas travadas em seu território. Diversos intelectuais alimentaram o senso comum com esta visão ao adotar um vasto léxico para designar episódios de conflito, preferencialmente categorizados como revoltas, intencional ou revoluções; nunca guerras internas. Partindo de uma perspectiva oposta, o livro escancara a dimensão brutal e violenta de dezenove acontecimentos por meio de seus registros fotográficos, atentando-se à necessidade do emprego de vocábulos que refletem sua real proporção.

Tome-se como exemplo a Revolução Federalista (1893-1895), com 10.000 mortos – mil destes, degolados; analisada juntamente com a Revolta da Armada (1893-1894) como uma *guerra civil* travada durante o governo Floriano Peixoto. Um olhar atento a esta e outras lutas armadas da Primeira República também faz desvanecer a

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor do Departamento de História da PUC Minas. Editor Gerente dos Cadernos de História.

** Mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

crença de que as elites nacionais seriam dotadas de um ininterrupto viés conciliacionista, posto que muitos destes conflitos foram resultados de desacordos entre facções de extratos sociais mais elevados. Assim sendo, a ideia da ‘república do café com leite’ dá lugar para a ‘república da degola’, período no qual se digladiaram elites regionais e nacionais; civis e militares; ou mesmo as Forças Armadas entre si. A denominação adotada por Alonso para o período nada tem de hiperbólica: uma das fotografias mais perturbadoras do livro é certamente a de um rebelde da Revolução Federalista, prestes a receber sua ‘gravata vermelha’.

Conflitos conduzidos por grupos subalternos também marcaram o primeiro ínterim republicano, com um repertório de ação similar ao implementado pelas revoltas do final do Segundo Reinado e sem reivindicar a expansão de direitos políticos ou a tomada do poder. Prevaleceu tanto nos rebeldes de Canudos e na da região do Contestado quanto nos insurretos da Revolta da Vacina (1904) a noção do que José Murilo de Carvalho (2013, p. 75) denominou ‘cidadania em negativo’, isto é, um acordo tácito entre povo e Estado no qual os primeiros aceitaram os mecanismos que os excluíram dos processos decisórios, com a condição de que o último não interferisse em valores da vida privada, em especial os religiosos. No sertão baiano, Conselheiro conquistou seus seguidores após levantar-se contra a nova moeda, a secularização do Estado e a cobrança de impostos; no Contestado, monges e beatas resistiram à modernização da região que afetava o modo de vida campesino; e na capital federal, a população tomou as ruas após a tentativa do governo de implementar a vacinação obrigatória. Todas estas insurreições enfrentaram forte repressão da República, dizimando centenas de sertanejos no interior e promovendo prisões e deportações em massa na capital.

Outro levante popular duramente abafado foi a Revolta Naval de 1910, que posteriormente ficaria conhecida como “Revolta da Chibata”. Liderados por João Cândido, marujos negros sequestraram três embarcações no Rio de Janeiro reivindicando o fim dos castigos corporais na Marinha e melhores condições de trabalho. Como reconheceria Rui Barbosa, um dos defensores da anistia aos rebelados, a revolta evidenciava permanências da escravidão no pós-1888, mesmo com a proibição da chibata pelo governo republicano. O tribuno ainda lamentaria que a despeito da ausência de rugas entre o Brasil e outros países, inúmeros eram os conflitos travados

em seu interior: “a guerra internacional não veio nunca, e as guerras civis tem vindo sempre” (ALONSO; ESPADA, 2017, p. 42).

De fato, guerras civis continuaram a chegar. A década de 1920 inaugurou o que Angela de Castro Gomes denomina de ‘república dos bombardeios’, sequência de conflitos de teor político que envolveram não somente a participação de civis e militares, mas também o constante uso do avião para fins bélicos. As fotografias de eventos como as revoluções de 1924 e de 1930 e a guerra civil de 1932 e a Insurreição Comunista (1935) revelaram fachadas de casas cravadas de balas e muitos edifícios em escombros, não deixando dúvida quanto aos avanços do poder de destruição dos confrontos. A prática da degola, no entanto, ainda resistiria no sertão, denunciado por um de seus ‘coiteiros’ em 1938: Lampião e seu bando de cangaceiros tiveram seus cadáveres decapitados após uma emboscada de uma volante, sendo suas cabeças exibidas num tétrico cortejo por várias vilas e cidades do nordeste.

A esta altura cabe ressaltar que parte significativa das imagens do livro se difundiu por todo o país através de cartões-postais colecionáveis, ou mesmo comercializadas pelos estúdios que as produziram; de maneira que mesmo aqueles que não tinham participação direta nos acontecimentos fotografados poderiam tecer suas próprias memórias pessoais a respeito deles. A circularidade, no entanto, é só um dos aspectos ressaltados em **Conflitos**, que demonstra grande preocupação em analisar a imagem fotográfica enquanto documento/representação, isto é, um fragmento da realidade que possui sua realidade própria. Assim sendo, contempla os processos de criação e recepção que ideologizam os acontecimentos e intentam impor sua própria visão, construindo uma “segunda realidade” (KOSSOY; 2000).

Também partindo destes princípios, a historiadora Heloísa Starling se dedica a percorrer ‘As ruas da República’ na sessão final do livro, tomando como ponto de partida os motins ocorridos em diversas capitais do país após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. A agitação é aqui concebida como freio à oposição antigetulista, responsabilizada pela morte do presidente à época. Em Porto Alegre, o consulado norte-americano e a sede do Partido Social Democrático (PSD) são invadidos e depredados, enquanto no Rio de Janeiro um fotógrafo de O Globo, sitiado no prédio da empresa, consegue captar o momento de destruição de dois caminhões de distribuição do jornal. Este “carnaval da tristeza”¹ que tomava os centros urbanos revelava certo alargamento

¹ A expressão é do historiador Jorge Ferreira (2005).

na concepção do catálogo de direitos o qual estes insurgentes julgavam ter, associados à figura de Getúlio Vargas pela melhoria de vida conquistada pelos setores populares durante seus governos.

O “retrato do Velho” aparece novamente em um flagrante fotográfico do Comício das Reformas de 1964, ao lado de um trecho de sua carta-testamento que diz: “este povo de quem fui escravo, não será mais escravo de ninguém”. No auge da crise do governo Jango, trabalhadores, soldados, comunistas e petebistas vão às ruas pela aprovação das reformas de base, em especial a reforma agrária. A luta pela terra também é tema de outro episódio abordado pelo livro, a Revolta de Colonos (1957), que eclode no Paraná durante o governo Juscelino Kubitschek e conquista repercussão nacional quando os camponeses tomam controle da região de Formoso e Trombas, fundando uma comunidade autônoma.

Conforme observa Starling, as alas golpistas do antigetulismo continuariam a ameaçar a ordem democrática em episódios como a Revolta de Jacareanga (1956) e Insurreição de Aragarças (1959), ambas durante o governo Juscelino Kubitschek. Em 1960, mais uma vez a Constituição de 1946 é posta a prova quando militares almejavam impedir a posse do presidente João Goulart, mas são derrotados pela Campanha da Legalidade (1961) conduzida pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A respeito deste último movimento, o livro de Alonso e Espada (2017, p. 15) chama atenção para as fotografias dos soldados legalistas portando armas e jornais, sugerindo que o embate se dava não somente pela força, mas também pela informação.

Alcançando o golpe militar de 1964, a obra destaca a não veiculação de imagens que explicitassem sua violência pelos jornais, boa parte deles favoráveis à deposição de Jango. Contudo, fotografias como a do incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a prisão do líder comunista Gregório Bezerra não deixam dúvidas quanto ao caráter arbitrário do processo que levou as Forças Armadas ao poder. A análise não somente das cenas representadas pelas fotografias, mas também indagar sobre ausências faz de **Conflitos** um livro instigante para os estudiosos das relações entre história e fotografia. Os usos políticos das imagens nas batalhas pelo domínio da narrativa são uma constante na história do Brasil republicano, cabendo aqueles que se debruçarem sobre estas fontes descortinar intenções e contemplar seus processos de criação e de difusão.

Referências

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 236 p.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 390 p.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 2^a ed. São Paulo: Ateliê, 2000. 149 p.